



Gênero e imprensa: a emancipação das mulheres no início do século XX e o jornal A'Plebe (1919-1934)

Gender and the press: the women's emancipation in the beginning of the 20th century and the newspaper A'Plebe (1919-1934)

Género y prensa: la emancipación de la mujer a principios del Siglo XX y el diario A'Plebe (1919-1934)

Maria Eduarda de Alvarenga
Universidade Estadual de Maringá (Brasil)
<https://orcid.org/0000-0002-3964-8133>
<http://lattes.cnpq.br/3448133697994868>
alvarengamea@gmail.com

Marco Antonio de Oliveira Gomes
Universidade Estadual de Maringá (Brasil)
<https://orcid.org/0000-0002-2397-5615>
<http://lattes.cnpq.br/0581840246394811>
maogomes@uem.br

Eliane Rose Maio
Universidade Estadual de Maringá (Brasil)
<https://orcid.org/0000-0002-9280-9864>
<http://lattes.cnpq.br/9562371036022440>
ermaio@uem.br

Resumo

Esse texto visa retratar o debate sobre gênero no início do século XX e o impacto da imprensa pertencente ao movimento anarquista no que diz respeito à emancipação feminina. Trata-se de um estudo realizado a partir da análise do jornal A'Plebe, originado em 1917 mas que abordará como recorte temporal os anos de 1919 a 1934. Com o surgimento das classes operárias nos centros urbanos a partir da chegada dos imigrantes no Brasil, o cenário era demarcado pela crise nas importações e exportações da produção agrária. Diante disso, as condições de trabalho para além de se tornarem precárias, reforçavam a exploração das mulheres dentro e fora das fábricas. Assim, compreendemos que o trabalho com a imprensa, pleno de caráter educativo, se tornou uma fonte favorável de instrução e reflexão das propostas operárias, sobretudo dos princípios emancipatórios femininos propostos nos artigos do jornal.

Palavras-chave: Mulheres; Imprensa; Emancipação.

Abstract

This text aims to portray the debate about gender in the early 20th century and the impact of the press belonging to the anarchist movement with regard to women's emancipation. This is a study based on the analysis of the newspaper *A'Plebe*, which originated in 1917 but will cover the years 1919 to 1934. With the emergence of the working classes in urban centers following the immigrants' arrival in Brazil, the scenario was marked by the crisis in agricultural production imports and exports of. In view of this, working conditions, in addition to becoming precarious, reinforced the women's exploitation inside and outside the factories. Thus, we understand that work with the press, full of educational character, became a favorable source of instruction and reflection about workers' proposals, especially the principles of women's emancipation proposed in the newspaper's articles.

Keywords: Women; Press; Emancipation.

Resumen

Este texto pretende retratar el debate sobre el género a principios del siglo XX y el impacto de la prensa perteneciente al movimiento anarquista en relación con la emancipación de la mujer. Se trata de un estudio basado en el análisis del periódico *A'Plebe*, cuyo origen se remonta a 1917, pero que se centrará en los años 1919 a 1934. Con el surgimiento de las clases trabajadoras en los centros urbanos tras la llegada de inmigrantes a Brasil, el escenario estuvo marcado por la crisis de las importaciones y exportaciones de la producción agrícola. Como resultado, las condiciones de trabajo no sólo se volvieron precarias, sino que también reforzaron la explotación de las mujeres tanto dentro como fuera de las fábricas. Entendemos, por lo tanto, que el trabajo con la prensa, repleta de contenidos educativos, se convirtió en una fuente propicia de instrucción y reflexión sobre las propuestas obreras, especialmente los principios emancipadores femeninos propuestos en los artículos del periódico.

Palavras clave: Mujeres; Presionar; Emancipación.

Recebido: 11/09/2023

Aprovado: 06/05/2024

Introdução

Sabemos que ao longo da história, é comum que os veículos de comunicação considerem os interesses que estão vinculados e utilizem de estratégias para publicar e discutir os assuntos que são pertinentes à sociedade do contexto histórico em que estão inseridos. No contexto da República Velha (1889-1930), as lutas da classe trabalhadora no Brasil expressam as experiências e apropriação de ideias que serviram de bússola em defesa de seus interesses. Deste modo, no início do século XX os periódicos (revistas e jornais) não possuíam apenas uma única e homogênea linha de atuação, uma vez que cada um publicava aspectos da doutrina que lhe pareciam mais urgentes no momento.

Muitos dos jornais desse período, estavam preocupados com a formação da classe trabalhadora, e por isso, dedicaram-se aos textos sobre a questão educacional, com o objetivo de criar mentalidades e ações revolucionárias. Para os/as anarquistas, a educação possuía um caráter político, objetivando não mais colocá-la com o propósito de manutenção das relações consideradas injustas, mas sim de sua transformação que suscitaria nos/as operários/as a consciência das mudanças necessárias.

para o movimento libertário, era muito especial o papel representado pela educação: de um modo geral, era claro para a maioria dos militantes que ela não era o único nem o principal agente responsável pelo desencadeamento da revolução; mas era evidente para eles que, sem a ocorrência de mudanças profundas na mentalidade das pessoas, mudanças provocadas em grande parte por intermédio da educação, a revolução social poderia não alcançar o êxito desejado (Luizetto, 1987, p. 42).

Dessa forma, diferentes periódicos vinculados aos interesses proletários, para além de informar e analisar, posicionavam-se contra a exploração da força de trabalho de homens e mulheres assim como, dedicavam-se a difundir ideais libertários em prol de uma sociedade sem pátria e sem patrão.

Nessa perspectiva, promover discussões sobre gênero abrangendo os papéis socialmente definidos aos homens e às mulheres se fazem importantes, haja vista que ainda não se apresentam definições tão concretas e pontuais. Sendo assim, este estudo se propõe a apresentar as principais atribuições associadas às mulheres no início do século XX manifestadas pela imprensa na figura do jornal anarquista, A'Plebe.

Destacamos que nesse percurso investigativo, adotamos a metodologia do materialismo histórico e dialético tendo em vista que a história não se trata de uma mera reprodução, pois ela se transforma em acordo com a correlação de forças da luta de classes em um determinado período. Para tal, a influência da imprensa ao longo da história, assim como quaisquer outras manifestações culturais, expressa os interesses que estão em conflitos na sociedade, tanto na classe dominante quanto na classe dominada.

Com o objetivo de apresentar uma análise feita acerca das narrativas presentes no jornal em destaque às quais dizem respeito à emancipação das mulheres, este artigo é composto de quatro seções: a primeira consiste na contextualização histórica, econômica e política do Brasil durante o período proposto, de modo a relacionar tais aspectos com o movimento operário; A segunda, ocupamo-nos em explorar o conceito de gênero, o ponto de partida das nossas reflexões. Na sequência apresentamos a imprensa, sobretudo o periódico A'Plebe como veículo de instrução para os/as trabalhadores/as e ferramenta de emancipação (e de denúncia) da exploração sofrida pelas mulheres operárias; no terceiro item debruçamo-nos em verificar o posicionamento da imprensa em defesa de projetos a partir dos discursos expressos no periódico em evidência, ressaltando os aspectos apresentados que dizem respeito à função da mulher, no início do século XX.

Contextualização histórica e o movimento operário

No momento de crise do Império no Brasil (1822-1889), fundamentalmente nas décadas finais do século XIX e início do século XX, as oligarquias cafeeiras associadas ao capital estrangeiro diversificam a economia a partir de investimentos em outras áreas. A construção de ferrovias, o processo de crescimento urbano, a entrada de imigrantes europeus e o desenvolvimento de indústrias de bens de consumo não duráveis possibilitam o surgimento da classe operária em nossas terras. Concomitantemente, uma burguesia industrial inicia seus primeiros passos no Brasil.

O desenvolvimento do mundo fabril e urbano, localizado fundamentalmente na região Sudeste, impulsiona igualmente a diversificação de camadas médias urbanas que, tal qual com a classe operária em formação, reivindicam maior participação política em oposição ao controle exclusivo das oligarquias.

A origem da classe operária ocorre nos últimos anos do século XIX, está vinculada ao processo de transformação da economia brasileira. Do trabalho escravo para o trabalho assalariado. Início das atividades industriais e a constituição de um mercado interno, a economia exportadora do café constituiu um capitalismo industrial no país (Antunes, 1983, p. 48).

No contexto da Proclamação da República (1889), marcado por um golpe de Estado que nada modificou o caráter de classe do Estado brasileiro, os trabalhadores nada receberam. No passado escravocrata, de economia exportadora e alicerçada no latifúndio, as classes dirigentes não tinham como horizonte a ideia de uma democracia que contemplasse os trabalhadores/as. Assim, as condições dos operários/as fabris no início do século XX em muito se assemelhavam às condições dos trabalhadores/as europeus do início da Revolução Industrial. A total ausência de uma legislação trabalhista era a senha que permitia a exploração mais mesquinha sobre aqueles que nada possuíam, a não ser sua força de trabalho.

A relação entre operários e a nascente burguesia oscilava em dois polos: a violência policial e a tentativa de cooptação das lideranças ou sindicatos dos trabalhadores. Cabe enfatizar que a presença de imigrantes espanhóis, italianos e portugueses em território brasileiro trouxe vantagens para a formação de exército de trabalhadores disponíveis para o capital, mas também representou uma preocupação extra para os governos oligárquicos. Muitos eram apresentados como indesejáveis, desordeiros, criminosos ou pregadores de ideias anarquistas.

Nesse contexto, a deportação de estrangeiros, prevista em vários dispositivos jurídicos do período imperial, fez-se presente na Primeira República (1889-1930). A defesa da soberania nacional ou dos interesses da nação foi um argumento amplamente utilizado para o combate aos militantes anarquistas. Não por acaso, a expulsão de estrangeiros indesejáveis foi uma das pautas do Congresso Nacional em 1906, impulsionada pela organização dos trabalhadores naquele período. O Decreto nº 1.641, de 7 de janeiro de 1907, determinava o seguinte:

Art. 1º O estrangeiro que, por qualquer motivo, comprometer a segurança nacional ou a tranquillidade publica, póde ser expulso de parte ou de todo o território nacional.

Art. 2º São também causas bastantes para a expulsão:

1ª, a condenação ou processo pelos tribunaes estrangeiros por crimes ou delictos de natureza commum;

2ª, duas condenações, pelo menos, pelos tribunaes brasileiros, por crimes ou delictos de natureza commum;

3ª, a vagabundagem, a mendicidade e o lenocínio competentemente verificados (Brasil, 1907).

Dessa forma, esse decreto, também conhecido como Lei Adolfo Gordo, determinou o banimento de estrangeiros que, por quaisquer razões, comprometessem a ordem social. Além disso, a lei expressa os interesses da burguesia em coibir o crescimento das organizações operárias ao mesmo tempo em que buscava combater o que se considerava “vagabundagem” nas cidades, como se houvesse ocupação para todos. Em síntese, tratou-se de uma tentativa de “limpeza” dos indesejáveis aos olhos das classes dominantes.

Em suas origens, o movimento operário era incipiente e sem contornos definidos em função das parcas indústrias nascentes em nosso território e localizadas em alguns centros urbanos. Porém, à medida que ocorre o crescimento industrial, também se verifica o crescimento das organizações de trabalhadores acompanhada da consciência de classe de suas principais lideranças. Nesse contexto, as lutas contra as jornadas excessivas, baixos salários e os abusos patronais ganham maior notoriedade.

No caso específico do movimento anarquista, é importante enfatizar que suas origens em nossas terras se fizeram muito antes da política de imigração na segunda metade do século XIX e do processo de industrialização. Inicialmente não se tratou de um movimento que possuísse a hegemonia no meio da classe trabalhadora. Porém, as péssimas condições de trabalho com multas aleatórias criadas pelo patronato, as longas jornadas de trabalho, a inexistência de leis de proteção ao trabalho, a utilização da força de trabalho infantil e os abusos contra as mulheres trabalhadoras contribuíram para a organização sindical da classe trabalhadora.

De tal modo, nos anos finais do século XIX e início do século XX, surgiu a preocupação com a divulgação das lutas, fundamentalmente por meio de periódicos e panfletos operários. Esses jornais possuíam vida curta em função da repressão policial e das dificuldades econômicas encontradas pelas lideranças operárias. No entanto, apesar dos obstáculos, os periódicos anarquistas dedicaram-se a difundir o ideário de uma nova sociedade, com especial atenção para as lutas contra os empresários, a educação de homens, mulheres e crianças, além das críticas à moral burguesa, etc.

A preocupação das lideranças anarquistas não se restringiu somente aos periódicos. Outras iniciativas foram levadas adiante no projeto libertário: fundação de Escolas Modernas, Centro de Estudos, Universidade Popular, reuniões, teatro popular etc. Dessa forma, a atividade educacional das lideranças libertárias difundiu-se por diferentes espaços urbanos e sempre esteve preocupada em formar um novo tipo de sociedade livre das amarras do capitalismo e da sociedade patriarcal.

No que diz respeito ao papel da mulher, ainda que de forma genérica, é possível encontrarmos um posicionamento muito distante do que podemos convencionar chamar de família burguesa do início do século XX. Enquanto a burguesia enxergava a mulher como “mãe” e “primeira educadora”, companheira do homem, além de apregoar uma vida de recato, os anarquistas levantaram a bandeira da formação política e militante da mulher com vistas a sua emancipação.

Nesse sentido, os libertários reconheciam com nitidez o papel da educação mantida pelo Estado em difundir os valores dominantes. Por isso, defendiam uma educação organizada pelos próprios trabalhadores e livres das amarras do Estado. Entendiam a educação como meio de transformação da consciência da classe trabalhadora.

Cumprir assinalar igualmente que o processo de organização da classe trabalhadora urbana ocorreu fundamentalmente pela chegada e participação dos imigrantes e dos intelectuais que aportaram em nossas terras que mantinham contatos com seus companheiros de luta no continente europeu. Confrontando os interesses do empresariado e do Estado oligárquico, os anarquistas enfrentaram a violência policial, muitas escolas foram fechadas e uma verdadeira caçada aos anarquistas foi promovida pelas autoridades, o que não significou o silenciamento do movimento.

Apesar da repressão, a greve era um dos instrumentos de luta dos trabalhadores. A greve geral de 1917, por exemplo, colocou o empresariado paulista frente a frente com as péssimas condições de existência e trabalho de seus operários. Reivindicações de aumento salarial, redução da jornada, proibição do trabalho noturno para menores de 14 anos constituíram nas palavras de ordem do movimento. A repressão policial a serviço do patronato, como não poderia deixar de ser, se caracterizou pela intensa violência com assassinatos de trabalhadores e banimento de estrangeiros do território nacional. Ainda assim e apesar das baixas, o movimento operário continuou ativo em sua luta por melhores condições de trabalho e existência, repetindo novas jornadas grevistas em 1919.

Sabemos que as formas de resistência utilizada pelo movimento operário, nesse período, deixaram um legado importante para a luta dos trabalhadores no Brasil. Elas contribuíram para a consolidação do movimento sindical, que se fortaleceu e se organizou a partir desse período; logo, entendemos que as greves operárias agem como uma forma legítima de luta por justiça social.

As transformações no sistema de trabalho e de funcionamento das empresas não eliminam as reivindicações operárias, o antagonismo entre os lucros e os salários, entre os que mandam e os que obedecem. Porém, alteram as formas de consciência operária, a percepção que os trabalhadores têm de seu trabalho, de sua importância no processo de produção, assim como sua visão do mundo industrial. Assim fazendo, deslocam a ênfase das aspirações e reivindicações operárias (Rodrigues, 2009, p. 80).

Diante disso, compete ressaltar que o movimento operário reconhece as realizações quanto às limitações dos esforços da classe trabalhadora. Segundo o autor, as flutuações entre períodos de intensa mobilização e momentos de repressão, bem como as maneiras pelas quais os movimentos operários foram conectados a movimentos políticos mais amplos e demandas de reforma social, oferecem uma análise profunda e historicamente fundamentada para uma compreensão enriquecedora sobre a trajetória do operariado. Ainda nessa vertente:

As atitudes dos grupos operários ante a empresa e o trabalho fabril são afetadas ainda pelo meio social de recrutamento da força de trabalho. No passado, o avanço do capitalismo significou a proletarianização crescente de camponeses, de artesãos e de uma pequena burguesia independente (Rodrigues, 2009, p. 80).

Em outras palavras, o movimento operário foi uma força social e política que se consolidou ao longo da história como uma resposta às condições precárias de trabalho e às desigualdades socioeconômicas enfrentadas pela classe trabalhadora.

O termo “gênero” em discussão

As discussões que envolvem a temática do papel das mulheres no decorrer da História, requerem um olhar especial sobretudo, para a questão do gênero. Em meio a muito debates sobre a exploração do universo feminino desde início do século passado, Maria Odila Dias (1994) afirma que estudar a sociedade feminina é sinônimo de incertezas. Assim “O estudo das relações de gênero caminha no sentido de documentar as diferenças culturais, de nuancá-las, de modo que um dia, eventualmente transformadas, possam se aproximar” (Dias, 1994, p. 373).

Dito isto, buscamos em estudiosos/as sobre a temática, apresentar brevemente os conceitos do termo “gênero” já estabelecidos em outras discussões. O termo “gênero”, definido por Joan Scott (1995), surgiu inicialmente com mulheres feministas americanas, que tinham como objetivo demonstrar que as desigualdades sociais aconteciam em virtude de um caráter sexual, para além do biológico. Nas palavras da autora,

O uso do termo "gênero" visa sugerir a erudição e a seriedade de um trabalho, pois "gênero" tem uma conotação mais objetiva e neutra do que "mulheres". "Gênero" parece se ajustar à terminologia científica das ciências sociais, dissociando-se, assim, da política (supostamente ruidosa) do feminismo. Nessa utilização, o termo "gênero" não implica necessariamente uma tomada de posição sobre a desigualdade ou o poder, nem tampouco designa a parte lesada (e até hoje invisível). Enquanto o termo "história das mulheres" proclama sua posição política ao afirmar (contrariamente às práticas habituais) que as mulheres são sujeitos históricos válidos, o termo "gênero" inclui as mulheres, sem lhes nomear, e parece, assim, não constituir uma forte ameaça [...] O termo "gênero", além de um substituto para o termo mulheres, é também utilizado para sugerir que qualquer informação sobre as mulheres é necessariamente informação sobre os homens, que um implica o estudo do outro. Essa utilização enfatiza o fato de que o mundo das mulheres faz parte do mundo dos homens, que ele é criado nesse e por esse mundo masculino. (Scott, 1995, p. 75).

Isto posto, notamos que a definição do termo pontuada acima pela autora, atrela de maneira direta os debates sobre as mulheres ao universo masculino, salientando uma relação construída culturalmente e que se mantém até a atualidade.

No que diz respeito ainda a definição de gênero, para Camila Padilha Trindade (2017, p. 15) é possível separar o conceito de gênero em duas partes “[...] gênero como parte das relações sociais identificadas na diferença entre os sexos e gênero como a primeira forma de significado das relações de poder”. De tal modo em que, conforme Bila Sorj (1992) citado por Trindade (2017, p. 14) os estudos que envolvem as dimensões do debate relacionado ao gênero, compreendem uma primeira ideia de que “o equipamento biológico sexual, por si só, não é capaz de explicar a variação do comportamento feminino e masculino presenciado em nossa sociedade”.

Para tal, o gênero também remete “ao poder, que é distribuído de forma desigual e que confina as mulheres a uma posição subalterna” (Trindade, 2017, p. 14) e, ainda que o termo "gênero" seja utilizado pelo fato de que “as relações entre os sexos são sociais” (Scott, 1995, p. 76), ele não diz nada a respeito das razões pelas quais essas relações foram construídas como são, “não diz como elas funcionam ou como elas mudam” (*Ibidem*). Segundo Scott (1995) o uso descritivo, do termo "gênero" é, então, um conceito que deve ser associado ao estudo de coisas relativas às mulheres.

Nesse sentido o conceito de "gênero" para além de ser utilizado com a finalidade de delimitar as relações sociais, o seu uso prioriza rejeição das “explicações biológicas, como aquelas que encontram um denominador comum, para diversas formas de subordinação feminina” (Scott, 1995, p. 75) como nos fatos de que a mulher exerce a plena capacidade para ser mãe e o que o homem detém a força física superior. Assim, ressaltamos ainda que o termo em discussão também “enfatiza todo um sistema de relações que pode incluir o sexo, mas não é diretamente determinado pelo sexo, nem determina diretamente a sexualidade” (Scott, 1995, p. 76).

Ao criar-se um novo olhar para a história da sociedade “onde as novas pesquisadoras – e feministas – procuraram alargar o que se tinha como historicamente importante e, dessa forma, incluir novos ângulos e novas visões ao que se tinha como certo” (Trindade, 2017, p. 12), compreendemos que a construção para a definição de gênero se faz necessária no âmbito do estudo, tendo em vista a necessidade dos avanços nos debates sobre essa temática.

O jornal A’Plebe e o pensamento emancipatório

A maneira como a imprensa de modo geral se apresenta, contribui significativamente para que sejam compreendidos os problemas, contextos e os diferentes projetos de pessoas, que são debatidos em sociedade e expressos nas páginas de um jornal.

Não podemos deixar de dizer que, cada periódico impresso representa determinados interesses políticos e ideológicos, que faz opções por determinado tipo de informação que será veiculada. Ao pensarmos que a imprensa em geral era, e ainda é controlada por grupos vinculados aos interesses dominantes, existe um peso sobre o encaminhamento educativo ofertado às classes oprimidas, sobretudo, às mulheres.

No contexto em que o Jornal iniciou suas veiculações, tratando do cenário de um país recém advindo de uma greve geral em 1917, em que os/as trabalhadores/as reivindicaram melhores salários e condições de trabalho, a industrialização que objetivava a modernização das relações sociais do ponto de vista da burguesia, ainda estava longe de acontecer.

Fundada em 1917 na cidade de São Paulo, A’Plebe se constituiu como expressão da imprensa, independentemente dos interesses dominantes e identificada como um jornal vinculado ao movimento anarquista. Não foi o único periódico a circular no meio operário nesse período, mas se tornou um dos mais longevos e combativos da imprensa operária. As origens do jornal remontam ao contexto histórico da Primeira Guerra (1914-1918), marcado pelo rebaixamento dos salários e pela violência do Estado oligárquico contra a classe trabalhadora. O jornal surgiu como um desdobramento de outro periódico, “A Lanterna”, que teve suas atividades encerradas em 1916.

Edgard Leuenroth e Florentino de Carvalho foram seus primeiros editores e, dentre as questões abordadas pelo jornal, encontramos as discussões sobre a organização dos trabalhadores, as greves operárias, a educação anarquista, as condições de vida e trabalho das mulheres e a exploração do proletariado. Apresentando-se como um periódico anarquista e anticlerical, a primeira edição foi disponibilizada ao público em 9 de junho de 1917. Inicialmente, a periodicidade do jornal era semanal, chegando a ser diário em 1919 e proibido de circular em 1924, ainda que o fizesse de forma clandestina. Os obstáculos materiais, a repressão policial, a criminalização do movimento operário, dentre outros problemas, constituem-se na expressão das dificuldades enfrentadas por esse periódico operário que veiculou até 1951.

Porém, independentemente da violência, da censura ou mesmo da prisão de seus organizadores, na avaliação de Rodrigo Rosa da Silva (2005), A’Plebe pode ser considerada o “mais importante” veículo da imprensa anarquista no Brasil, tendo em vista o seu caráter educativo.

Sem dúvida, o jornal de Leuenroth foi o mais importante e mais duradouro órgão da imprensa anarquista no Brasil. Existiu por mais de trinta anos, sendo publicado até 1949, com pequenas interrupções devido a problemas financeiros e perseguições policiais. Teve periodicidade bimestral, mensal, semanal e, em 1919, publicava-se diariamente, atingindo uma tiragem de 10 mil exemplares. Circulava por todo o país e até no exterior. A distribuição do jornal dava-se por

meio de venda direta nas ruas pelos próprios militantes anarquistas, através de pontos de venda pela cidade, como bancas de jornal, e era remetido também pelo correio. Enviava-se periodicamente uma cópia aos assinantes de diversas localidades do país e pacotes para serem vendidos por militantes em outras cidades. A folha mantinha-se com o valor das assinaturas, das vendas avulsas e das contribuições de indivíduos ou de listas de apoio, através das quais se recolhiam doações para a manutenção do periódico (Silva, 2005, p. 27-28).

Assim, o periódico além de fornecer informações, desempenhou um papel fundamental na organização, formação e mobilização dos trabalhadores. Por meio de artigos, editoriais e reportagens, os meios de comunicação operários estimulavam a solidariedade entre os trabalhadores, compartilhavam experiências de luta bem-sucedidas e promoviam a unidade de classe.

Tendo em vista isto, entendemos que a imprensa era veículo de comunicação que não tinha uma abertura pública, mas, mantinha influência formativa na vida dos/as operários/as que possuíam acesso. Sobretudo, na vida de muitas mulheres que não tinham conhecimento sobre a dimensão em que eram exploradas tampouco uma voz ativa para lidar com essas questões.

Nesse sentido, a questão da emancipação das mulheres pela sua libertação econômica e cultural foi reforçada no amplo debate que os anarquistas travaram, ao criticar as instituições burguesas e patriarcais. A luta pela independência feminina era, nesse registro, primeiramente uma questão moral: trata-se de libertar-se do modelo burguês de feminilidade imposto e de construir uma nova figura de mulher (Rago, 1997, p.77-78).

Vemos, conforme a autora apresenta, que a ideia da formação de uma mulher livre e emancipada de princípios patriarcais enraizados na sociedade, começou a ganhar forças dentro do movimento anarquista, o que não era comum na mentalidade da classe burguesa. Havia então, uma preocupação em educar para a liberdade de seus desejos e vontades, e não por acaso, durante o início do século XX, a educação passou a ser o espaço por excelência dos debates que envolviam diferentes projetos políticos de formação dos trabalhadores e trabalhadoras.

De tal modo, A'Plebe expressou uma proposta de construção de relações de igualdade e solidariedade entre todos. Porém, a construção da nova sociedade não seria obra do acaso, mas necessitava de ações educacionais e de propaganda que preparariam os trabalhadores para a transformação da sociedade. Seus editores e colaboradores partilhavam de uma perspectiva de imprensa que privilegiasse a formação da militância anarquista.

Essas questões remetem ao caráter pedagógico e educativo do periódico, tal como aponta Khoury (1988, p. 83):

decisivamente no processo auto-educativo; como meio de comunicação ágil e pouco dispendioso, este é usado como um dos principais órgãos de militância e revela dados abundantes sobre essa experiência complexa dos agentes, onde ação profissional e militante se misturam [...].

Dessa maneira a imprensa anarquista assumia seu caráter diante da sociedade, de tal modo a estabelecer o compromisso de formar leitores e leitoras com o intuito de promover a instrução política dos operários. No caso do periódico A'Plebe para além do viés formativo, a conscientização em prol das mulheres operárias ganhou espaço nas páginas do Jornal. As discussões tratavam

sobre a participação das mulheres na vida pública, na militância política, no espaço feminino no mundo do trabalho, letramento feminino, a possibilidade do amor livre, controle de natalidade, além de questões relacionadas a educação sexual (Ribas, 2014, p. 6).

O que elucida a preocupação dos anarquistas para com a liberdade das mulheres, oferecendo-lhes as múltiplas possibilidades de expressão. Entretanto, a situação da cultura anarquista que aparenta ter sido harmoniosa foi marcada por inúmeros conflitos, por este motivo, salientamos que a intenção deste artigo não é idealizar romanticamente os interesses e princípios do movimento libertário.

Desse modo os textos presentes no Jornal tinham o objetivo de despertar nos leitores e principalmente leitoras, o conhecimento de suas capacidades sobretudo por meio da instrução “racional e científica” (Ribas, 2014, p. 11) com o intuito de que as mulheres não se tornassem ignorantes e deixassem de ser subservientes à sociedade patriarcal. A influência que os discursos dos anarquistas exerciam em suas publicações sobre a emancipação feminina, não se limitava somente as relações de trabalho, Mikhail Bakunin (1975, p. 13) em um de seus textos publicados no Jornal, afirma que

como estamos convencidos de que abolindo o matrimonio religioso e o matrimonio (*sic*) civil, jurídico, restituímos a vida, a realidade, a moralidade ao matrimonio natural unicamente fundado sobre o respeito humano e a liberdade dos dois indivíduos, homem e mulher que se amam; que reconhecendo a cada um a liberdade de se separar do outro quando quiser e sem necessidade de pedir licença seja a quem for negando igualmente a necessidade desta licença para se unirem os dois, e repelindo em geral toda intervenção de qualquer autoridade em sua união, nós os tornaremos mais estreitamente unidos, bem mais leais um para o outro [...].

As palavras do pensador libertário propunham uma crítica ao ‘matrimônio convencional’ que apresentavam solubilidade se fosse transformado em ‘matrimônio natural’ como apresentado na afirmativa acima. Dessa maneira sua intenção era apresentar a “[...] união sexual que estaria para além das leis e preceitos de sua sociedade contemporânea, mas que, no entanto, estaria dentro da possibilidade de um contexto de verdade” (Ribas 2014, p. 10).

Com isso, o periódico munido de princípios do socialismo anarquista expressava ideais que abrangiam outras pautas além das relações afetivas,

as uniões sexuais devem fundar-se no amor. A mulher deve ser econômica e moralmente, independente. Os filhos dependerão, naturalmente, por vínculo do afeto, dos seus progenitores, assim como também de toda a sociedade, que a todos deve indistintamente instrução, apoio e meio de trabalho (A Plebe, 1919, n. 3, p. 2).

Em outros termos, vemos a defesa de um discurso que manifesta a preocupação em preparar a mulher para sua liberdade em todos os âmbitos, tornando-a emancipada.

O papel das mulheres segundo a imprensa anarquista

Revisitar a história sobre as lutas das mulheres pela sua emancipação constitui-se em um tema atual diante dos retrocessos percebidos. Compreender as lutas do passado e os processos de transformação não é uma prova de erudição, mas uma necessidade para os futuros educadores e educadoras.

Sabemos que o trabalho desempenhado pela imprensa formativa, sobretudo no Jornal A'Plebe no cenário de transformações, acontecia por meio de muita resistência. Além disso, os veículos de comunicação, em especial os jornais, tinham como objetivo fazer chegar até a população as ideias e os princípios (Rodrigues; Biccias; 2015) que permeavam a época.

Conforme assegura Maria Helena Rolim Capelato (1988) a problematização estabelecida entre a relação da História e a imprensa, registra a utilização dos jornais como fonte de estudos para a historiografia. Como influenciadora para pensamento de determinados períodos, compreendemos que a imprensa buscava noticiar as principais mudanças ocorridas no país e difundir ideias.

Antes de prosseguir e adentrar à temática sobre a visão que o patriarcado tinha (e por diversas vezes ainda nos deparamos com algumas delas nos dias de hoje) em relação às mulheres e seu papel na sociedade, é necessário contextualizar ainda que de maneira breve, os princípios do movimento anarquista.

Dentre as suas mais variadas correntes, tal movimento buscou despertar valores de solidariedade, igualdade, liberdade e responsabilidade entre seus/suas adeptos/as, a fim de interpretar as lutas travadas no interior do movimento operário para resgatar a utopia social de uma sociedade livre. Com isso, a luta das mulheres para uma superação de sua posição se encontra em diversas frentes, mesmo sendo fenômenos distintos. Para Mariana Affonso Penna (2016), a posição da mulher foi inferiorizada no cotidiano de forma 'natural', mas existiram mulheres militantes anarquistas que se organizaram e refletiram sobre sua posição, bem como forçaram os militantes homens a assumirem a igualdade de gênero como pauta fundamental.

Assim Samanta Colhado Mendes (2010) também aponta que as mulheres atuantes do movimento anarquista pensavam à frente de muitos outros investigadores e investigadoras, propondo bases teóricas do anarquismo como meio para a emancipação das operárias.

Nesse viés, ao refletirmos sobre os impactos que a mentalidade machista impunha a função das mulheres, constatamos que muitas abordagens que vincularam ao longo dos anos favoreciam e privilegiavam a subordinação do gênero feminino à figura dos homens. Segundo Lina Aras e Marinho (2012, p. 111) a relação entre homens e mulheres é uma relação de dominação e subordinação, e os chamados poderes femininos, dentre eles o "jeitinho feminino" e a "rainha do lar", são meras ilusões que não fazem mais do que perpetuar a hegemonia masculina enraizada na sociedade.

O fato é que nas representações do "jeitinho feminino" ou da "rainha do lar" como era atribuído ao papel da mulher, não se trata apenas da existência da reprodução de um sistema totalmente desigual, mas, revela a ameaça eminente da sua contribuição para subversão deste mesmo sistema assim apontado por Lina Aras e Simone Marinho (2012).

Firmadas no discurso biologicamente científico de que "a natureza inferior da mulher" (Aras; Marinho, 2012, p. 107) categorizava a mesma de que seu tratamento deverá abranger apenas relações familiares e maternas. Nessa perspectiva,

a construção de um modelo de mulher simbolizado pela mãe, devotada e inteira sacrifício, implicou sua completa desvalorização profissional, política e intelectual. Esta desvalorização é imensa porque parte do pressuposto de que a mulher em si não é nada, de que deve esquecer-se deliberadamente de si mesma e realizar-se através dos êxitos dos filhos e do marido. [...] O campo de atuação da mulher fora do lar circunscreveu-se ao de ajudante, assistente, ou seja, uma função de subordinação a um chefe masculino em atividades que a colocaram desde sempre à margem de qualquer processo decisório (Rago, 1985, p. 65).

O impacto das imposições feitas às mulheres neste período, ainda está presente e pode ser facilmente notado nos dias atuais, haja vista que a desvalorização no campo profissional ocorre em grande parte pelo sexo oposto. Nesse sentido, Rago (1985, p. 64) ainda traz que frequentemente as informações veiculadas pela imprensa operária testemunhavam “a indignação e o sentimento de humilhação dos homens, quando substituídos pelas mulheres no processo de produção”.

Ao viver num contexto em que tinha sua vida submissa ao esposo, pai ou mesmo filho, era natural “a tentativa de controle das leituras das mulheres, principalmente, aquelas que fossem consideradas imorais como os romances e folhetins” (Aras; Marinho, 2012, p. 112) [...] A mulher tinha a liberdade para ler. Desde que fosse uma leitura “pura e escolhida”, pelos homens, sendo estes religiosos ou não, pois somente “eles teriam o discernimento maior do que seria uma leitura sã” (Ibidem).

Para Rago (1985) os artigos que debatiam a situação das mulheres presentes das páginas da imprensa anarquista que intuía movimentos reivindicativos em prol do gênero, foi algo significativo. Entretanto, esses movimentos ainda faziam parte do controle dos homens que “[...] certamente tinham maior liberdade de circulação, maior acesso à informação e a maior organização entre si. As mulheres deveriam participar enquanto filhas, esposas ou mães, isto é, na condição de subordinadas aos líderes (Rago, 1985, p. 64).

Com o avanço comercial e industrial que marcava o período, a perspectiva anarquista apesar de exigir novos olhares e mudanças para com o papel feminino, notoriamente reconhecia os indícios de retrocessos pois mesmo a mulher “Frágil e soberana, abnegada e vigilante” (Rago, 1985, p. 62) em seu novo ‘modelo comportamental’ deveria receber instrução de etiqueta. No início isso era comum entre as moças das famílias mais abastadas que deveriam receber “um bom preparo e educação para o casamento, tanto quanto as preocupações estéticas, com moda ou com a casa” (Rago, 1985, p. 63), porém paulatinamente esse modelo se arrastou às mulheres das classes trabalhadoras, o que resultou numa grande “exaltação das virtudes burguesas de laboriosidade, da castidade e do esforço individual” (Ibidem).

Vemos que se ‘forjou’ uma representação simbólica da mulher. Aquela que é “a esposa-mãe-dona-de-casa, afetiva, mas assexuada” (Rago, 1985, p. 62) quando novas exigências da crescente urbanização do país ganhavam espaço.

Contrariamente à cultura de poder, os anarquistas pretendiam destruir as relações de domínio existentes, sobretudo a subordinação das mulheres. Dessa forma, a militância realizada nas páginas do jornal atuava como um instrumento de formação para os leitores, ou seja, os operários.

Nessa direção, ao considerarmos os escritos do jornal feito por mulheres anarquistas que reivindicavam a emancipação das trabalhadoras, notamos certa resistência de gênero quando abordadas tais questões. Erna Gonçalves, mulher e escritora, denuncia, por meio de seu texto publicado no periódico, a situação da mulher proletária, como forma de consciencializar não somente os trabalhadores, mas, especialmente, as trabalhadoras sobre sua posição social.

É humilhante, é desconforme, é revoltante a situação em que veem permanecendo as mulheres através das gerações que se sucedem. E tu, mulher proletária, mulher burlada, mulher traída, esfacelada, continuas calma, sem te importares com o horroroso monturo que de ti constroem, nem sequer compreenderes o escárnio de que és objeto. Não vês quanta mulher decaída há pelo mundo quanta desgraçada a sofrer as mais ridículas humilhações pelo pão duro e amargo de cada dia! Tu não vês nem os teus próprios horrores, não compreendes que o teu sofrimento acarreta a amargura social. Indiferente e esquecida dos teus sofreres, deixas sofrer os teus filhos, teu esposo, teus pais e teus irmãos. É preciso que despertes, mulher proletária! Tu és tudo nesta vida universal; tu és a própria vida, és a seiva alimentícia dos teus descendentes. [...] Mulher proletária, o teu destino está em balanço: Ou te ergues possante e forte, unida e sem temor contra os intrujões que te escravizam ao trabalho, quando o teu lugar era no lar a cuidar dos teus filhos, ou serás eternamente desgraçada e contigo todos os teus. É preciso agir! Tu não podes ter a consciência intranquila, pelo crime que cometes. Companheiras, a obra! A revolta que nos infundem os bárbaros atos dos senhores "feudais" da atualidade, não pôde continuar recalçada. *Ajamos* pois, mulheres proletárias, e o primeiro passo no campo da luta é a união. Unamo-nos fortemente e seremos invencíveis (A Plebe, 1934, n. 73, p. 2).

A autora expõe duramente as feridas carregadas pelas mulheres pertencentes à camada dominada; para além disso, dedica-se ao chamamento para a união das trabalhadoras em busca de revolução. Entretanto, ao analisarmos o artigo do periódico sob a perspectiva da contradição proposta pelo materialismo, nota-se que, mesmo a autora defendendo pautas anarquistas, fala sutis revelam o enraizamento do patriarcado em uma direção contrária à emancipação das mulheres. Nesse sentido, ainda que considerando a proposta anarquista de superação da ordem burguesa, a participação das mulheres se encontra restrita, a julgar pelo artigo analisado, na medida em que reservava para elas o espaço doméstico. Isabel Cerrutti, militante e defensora do anarquismo, não poupou palavras ao escrever também no *A'Plebe*:

A emancipação da mulher não está na igualdade desta perante o homem, nas prerrogativas políticas, de mando e de trabalho, mas sim na emancipação da Humanidade da tutela política e na igualdade econômica e social de todo gênero humano. [...] A mulher não é escrava do homem (salvo em casos anormais), mas sim escrava juntamente com o homem de mil preconceitos, e vítima, como ele, da exploração exercida pelos potentados de ambos os sexos, tanto sobre o homem como sobre a mulher. [...] igualá-la aos homens é ficar onde estamos. Nós devemos é lutar ao seu lado e junto aos homens para que a emancipação da mulher seja um fato, não para a mulher, ou para o homem, mas para todas as pessoas (inclusive crianças e adolescentes) para a Humanidade, porque os dois sexos se integram e se completam (Cerrutti *apud* Rodrigues, 2007, p. 95).

De tal modo, a luta pela emancipação feminina se constituía, antes de tudo, no combate pela superação do capitalismo, pois, somente dessa forma, a mulher poderia se emancipar das relações de opressão. Nesse contexto, emergiram-se inúmeras questões relacionadas à maternidade, aos relacionamentos afetivos, ao trabalho etc., que também fizeram parte das discussões presentes em A'Plebe.

Em outro artigo com data de 15 de julho de 1933, a escritora de nome Lupianez dirige seu discurso para a mulher da camada trabalhadora:

Companheiras, a postos! A ti, me dirijo, mulher proletária, porque é chegado o momento em que é necessário que compreendas que não é esse o lugar aonde estás metida o que te compete nesta sociedade corrompida em que vivemos. Não descobristes ainda que o teu dever é lutar ao nosso lado por uma causa que a todos nos diz respeito e que ninguém senão nós mesmos poderemos conquistar? Pois vou-te explicar: a tua vida atualmente está cheia de toda a classe de perigos e de humilhações. E qual é a razão? A verdade é esta, crua e nua. Tú tremes deante do patrão, deante do gerente, qual frágil varinha açoitada pelo vento, apesar de deixares o teu sangue generoso pegado á terrível máquina onde trabalhas horas e horas consecutivas a troco de uns míseros tostões que acabam por aniquilar pela fome, a tua preciosa existência. Não tremas, companheira! Revolta-te e mostra que não és a escrava que eles julgam, pois tu, companheira, és digna de melhor sorte. E quando sentes um pequenino ser mexer em teu ventre, criando-se já raquítico pelo esforço que fazes no trabalho que tens que suportar até à última hora, não te revoltas? Tu que amamentas o teu pequerrucho e lhe dá vida, no momento em que já saiba compreender-te e diz-lhe bem alto, estas palavras candentes como a lava do Vesúvio e sublimes como a maior entre as maiores das obras: Amor, Justiça e Fraternidade para todos os homens sobre a terra. Não vês como eles ágem, levando a miséria aos lares e implantando o terror com as suas garras aduncas esse horrível fascismo? Companheira, que me lês, afastaste completamente da Igreja, e com o teu verbo cheio de amor, leva sempre em mira a propaganda do Ideal que nos une na desgraça, e em toda parte nos subúrbios, nos bondes, na praça pública, espalha a semente pura do Anarquismo; imita, proletária querida, as companheiras da Espanha que preferem morrer nas barricadas das ruas antes que ser fustigadas pelo latejo dos jesuítas e caterva. Já vês, companheira, que devemos lutar unidos em prol da nossa obra, porque entre nós não ha, não existe, sexo fraco. Todos somos iguais e fortes e venceremos para bem da humanidade. Para a frente pois, Companheiras, a postos! (A Plebe, 1933, n. 3, p. 2).

Vemos que as páginas do jornal são marcadas pelo intenso clamor das autoras, para que as trabalhadoras se revoltassem e se unissem em um movimento de luta com o intuito de mudar suas realidades impostas pelo sistema capitalista. Desse modo, percebemos que a participação das mulheres em A'Plebe se constitui na expressão das experiências de luta nos ambientes de trabalho e na militância propriamente dita. Suas ações, reivindicações e propostas foram forjadas em um contexto marcada pelas relações patriarcais.

Nessa direção, ao encaminharmos nossas discussões para sua finalização concordamos com a autora, ao afirmar que a intenção

dos estudos feministas dirige o olhar do pesquisador(a) para a apreensão das diferenças, para o exercício de documentação das especificidades dos papéis femininos. Propicia uma atividade de escrutínio crítico, no sentido de desvendar, no cotidiano das sociedades contemporâneas, as possibilidades de áreas de resistência, de improvisação, de papéis sociais alternativos, complementares, nuançados, a descobrir outros focos de estudo, de modo a desvendar possibilidades futuras de eventuais mudanças na representação estereotipada das relações de gênero (Dias, 1994, p. 379).

Assim, compreendemos que a relevância das discussões presentes na imprensa anarquista no início do século XX se fazem necessárias na atualidade, tendo em vista que os modelos ‘padronizados’ ainda não foram superados. Estes, são alvos de estudos que almejam mudanças nas relações sociais.

Considerações finais

Cabe destacar que neste estudo, o Jornal em evidência tido como ferramenta de pesquisa histórica, foi apresentado como fonte de estudo da imprensa, o qual permitiu reflexões valiosas acerca da História da Educação.

Consideramos que não basta apenas explicar os princípios e ideais do movimento anarquista, e os interesses do Jornal “A Plebe” de forma sistematizada, como se os indivíduos produzissem suas ideias independentes da realidade que atuam. Para além disto, partindo da concepção de que a imprensa tem o papel formativo, apresentar e refletir também esta fonte de pesquisa, visto que a mesma permite aos pesquisadores e pesquisadoras compreenderem uma série de questões, como projetos, organização da sociedade, educação e disseminação de valores.

No caso dos discursos presentes no periódico “A Plebe”, é notória a preocupação em manifestar-se contra a opressão e a miséria presente no país, mais do que isso, os debates sobre as mulheres pertencentes ao movimento anarquista que ganharam espaço no Jornal constituindo colunas que publicavam sobre a maternidade livre e consciente, o amor e a sexualidade libertária e opunham-se ao casamento monogâmico burguês, reforçavam a necessidade de emancipação do gênero feminino.

No entanto, cumpre assinalar a existência de contradições presentes em artigos publicados em A’Plebe. Não se trata de desconsiderar suas insuficiências, mas compreendê-los como expressão da construção da luta pela desnaturalização da subordinação feminina. Em um país de forte tradição patriarcal, autoritária e com altos índices de analfabetismo, o periódico em tela representou a luta possível dentro das circunstâncias político e materiais do período.

Por fim, mesmo que ao longo dos anos foram obtidas grandes mudanças no que diz respeito aos papéis exercidos pelas mulheres, que como visto neste artigo restringiam-se aos cuidados da sua instituição familiar, ainda é importante refletir sobre o percurso trilhado pela figura feminina, haja vista que tal movimento contribui com o processo de transformação e desconstrução das mentalidades retrógradas.

Referências

A PLEBE. São Paulo, 1919-1934. *Arquivo Edgard Leuenroth (AEL)* – Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Campinas.

ANTUNES, Ricardo Luiz Coltro. *O que é Sindicalismo*. 8. ed. São Paulo: Brasiliense, 1983.

ARAS, Lina Maria Brandão de; MARINHO, Simone Ramos. A imprensa feminina: normatização da conduta feminina nos jornais para mulheres (Bahia, 1860-1917). *Historiae*, Rio Grande, p. 96-115, 2012. Disponível em: <https://repositorio.furg.br/handle/1/6961>. Acesso em: 28 dez. 2022.

BAKUNIN, Mikhail. *Conceito de Liberdade*. Porto/Portugal: Ed. RES, 1975.

BRASIL. *Decreto nº 1.641, de 7 de janeiro de 1907*. Providencia sobre a expulsão de estrangeiros do território nacional. Rio de Janeiro, RJ: Diário Oficial, 1907. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1900-1909/decreto-164>. Acesso em: 26 jun. 2024.

CAPELATO, Maria Helena Rolim. *História da Imprensa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1988.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. Novas subjetividades na pesquisa histórica feminista: uma hermenêutica das diferenças. In: Colóquio internacional formação, pesquisa e edição feministas na universidade. 1994, Rio de Janeiro. *Revista de Estudos Feministas*. Rio de Janeiro: [s. n.], 1994. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/16219>. Acesso em: 9 jan. 2023.

KHOURY, Yara Maria Aun. *Edgard Leuenroth: uma voz libertária*. Imprensa, Memória e Militância anarco-sindicalista. 1988. 332 f. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1988.

LUIZETTO, Flávio. *Utopias anarquistas*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

MENDES, Samanta Colhado. *As mulheres anarquistas na cidade de São Paulo: 1889-1930*. 2010. 252 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual Paulista, Faculdade de História, Direito e Serviço Social, 2010. Disponível em: <http://legacy.unifacef.com.br/novo/publicacoes/IIforum/Textos%20EP/Samanta%20Colhado%20Mendes.pdf>. Acesso em: 20 nov. 2022.

PENNA, Mariana Affonso. “*À procura da Comunidade Perdida*”: Histórias e Memórias do Movimento das Comunidades Populares. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Programa de Pós Graduação em História. Niterói, 2016.

RAGO, Margareth. *Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar (1890-1930)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

RIBAS, Ana Claudia. “*A Questão feminina*” nas páginas Libertárias: propaganda e emancipação feminina nas páginas do jornal anarquista A Plebe (1917-1935). In: XV Encontro Estadual de História 1964-2014: memórias, testemunhos e estado, 2014, Florianópolis. Anais. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2014. p.1-14. Disponível em: http://www.encontro2014.sc.anpuh.org/resources/anais/31/1405449442_ARQUIVO_QuestaoFemininaAnaClaudiaRibas.pdf. Acesso em: 01 dez. 2022.

RODRIGUES, Edgar. *Mulheres e anarquia*. Rio de Janeiro: Editora Achiamé, 2007.

RODRIGUES, Elaine; BICCAS, Maurilane de Souza. Imprensa pedagógica e o fazer historiográfico: o caso da revista do ensino (1929 : 1930). *Acta Scientiarum: Education*, Maringá, v.37, n.2, p.151-163, jun. 2015. Bimestral. DOI: <https://doi.org/10.4025/actascieduc.v37i2.22666>.

RODRIGUES, Leôncio Martins. *Trabalhadores, Sindicatos e Industrialização*. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2009.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação & Realidade*. Porto Alegre: vol. 20, nº 2, jul./dez., pp. 7-99, 1995.

SILVA, Rodrigo Rosa da. *Imprimindo a resistência: a imprensa anarquista e a repressão política em São Paulo (1930-1945)*. 2005. 193 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Campinas, 2005. Disponível em: <https://pt.scribd.com/doc/125170852/rodrigo-rosa-da-silvaimprimindo-a-resistencia-a-imprensa-anarquista-e-a-repressao-politica-em-saopaulo-1930-1945>. Acesso em: 15 jun. 2024.

SORJ, Bila. O feminismo na encruzilhada da modernidade e pós-modernidade. Uma questão de Gênero. In: TRINDADE, Camila Padilha. *A mulher e a imprensa no início do século XX: a representação das mulheres na folha da noite de 1921 até 1925*. 2017. 76 p. Monografia (Bacharel em Jornalismo) - Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Bauru, 2017. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/156262/000894598.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 5 jan. 2023

TRINDADE, Camila Padilha. *A mulher e a imprensa no início do século XX: a representação das mulheres na folha da noite de 1921 até 1925*. 2017. 76 p. Monografia (Bacharel em Jornalismo) - Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Bauru, 2017. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/156262/000894598.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 5 jan. 2023.